



CTG Brasil

Rio Canoas Energia S.A.
 CNPJ nº 11.316.814/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

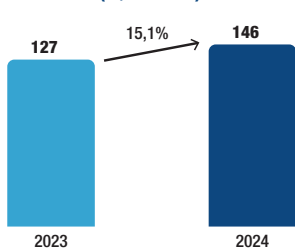
Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício-base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2024	2023	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	165.578	142.829	15,9%
(-) Deduções à receita operacional	(19.712)	(16.052)	22,8%
Receita operacional líquida	145.866	126.777	15,1%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(84.241)	(93.972)	-10,4%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	61.625	32.805	87,9%
Ebitda	94.348	65.287	44,5%
Margem Ebitda - %	64,7%	51,5%	13 p.p.
Resultado financeiro	(13.836)	(15.159)	-8,7%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	47.789	17.646	170,8%
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535	70,4%
Margem líquida - %	26,3%	17,8%	8,6 p.p.
Quantidade de ações	563.765	563.765	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,06813	0,03997	70,4%

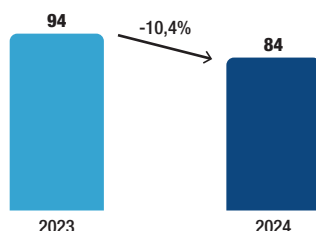
Ebitda - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization
 A receita operacional líquida do ano de 2024 foi de R\$ 145,9 milhões, que representa um crescimento de R\$ 19,1 milhões ou 15,1% em relação ao ano anterior. Acerca dessa elevação, vale destacar o crescimento da receita bruta nos contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL) com um aumento do volume de cerca de 69% além do aumento de 10% no preço médio, bem como o crescimento na receita bruta dos mecanismos de realocação de energia (MRE), uma vez que, dada às condições favoráveis do cenário hidrológico na região onde a usina da Companhia se localiza, houve aumento na geração de energia.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Os custos e outros resultados operacionais totalizaram R\$ 84,2 milhões no ano de 2024, o que representa uma redução de R\$ 9,7 milhões, ou -10,4%, em relação a 2023. Acerca dessa variação cabe destacar:
 - Efeito positivo e não recorrente relativo à constituição, em 2023, de provisão de R\$ 20,6 milhões referente ao risco de desembolso sobre obrigação contratual;
 - Elevação de R\$ 11 milhões nos custos com energia comprada, em razão da apuração dos efeitos do MCP principalmente no 2º semestre do exercício.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



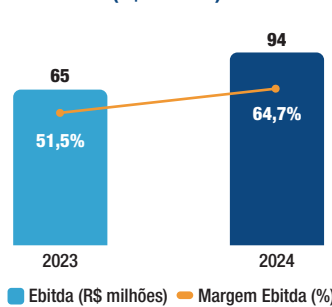
EBITDA E MARGEM EBITDA

	2024	2023	Variação
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535	70,4%
Imposto de renda e contribuição social	9.381	(4.889)	-291,9%
Resultado financeiro (líquido)	13.836	15.159	-8,7%
Depreciação e amortização	32.723	32.482	0,7%
Ebitda	94.348	65.287	44,5%
Margem Ebitda	64,7%	51,5%	13,2 p.p.

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O Ebitda da Rio Canoas medido em 2024 totalizou R\$ 94,3 milhões. Esse desempenho representa um aumento de R\$ 29,1 milhões ou 44,5% quando comparado ao desempenho do ano de 2023.

Ebitda (R\$ milhões)



CUSTOS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	2024	2023	Variação
Pessoal	(5.212)	(4.603)	13,2%
Material	(455)	(563)	-19,2%
Serviços de terceiros	(5.757)	(5.726)	0,5%
Energia comprada	(11.899)	(892)	1.234,0%
Depreciação e amortização	(32.723)	(32.482)	0,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(14.423)	(13.524)	6,6%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(7.281)	(6.256)	16,4%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(792)	(727)	8,9%
Seguros	(1.035)	(1.041)	-0,6%
Aluguéis	(20)	(18)	11,1%
Reversões/(constituições) de provisões para riscos	1.745	(312)	659,3%
Compartilhamento de despesas	(5.842)	(6.608)	-11,6%
Outros	(547)	(21.220)	-97,4%
	(84.241)	(93.972)	-10,4%

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	29.976	31.405	Fornecedores	11	3.246	2.478
Clientes	6	16.384	21.661	Salários, provisões e contribuições sociais		771	696
Tributos a recuperar	7	1.376	4.816	Tributos a recolher	7	273	1.198
Repactuação do risco hidrológico	8	259	259	Encargos setoriais	12	1.051	1.741
Partes relacionadas	16.3	-	72	Financiamentos	13	29.315	29.207
Serviços em curso		-	1	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	14	33.571	27.200
Outros créditos		4.826	3.094	Uso do bem público (UBP)	15	1.252	1.197
Total do ativo circulante		52.821	61.308	Partes relacionadas	16.3	-	789
Não circulante				Outras obrigações		23	39
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		69.502	64.545
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	14.133	12.969	Não circulante			
Tributos diferidos	22.2	58	2.051	Fornecedores	11	20.640	20.640
Repactuação do risco hidrológico	8	5.096	5.355	Encargos setoriais	12	721	134
Outros créditos		-	16	Indenização socioambiental		281	281
		19.287	20.391	Financiamentos	13	157.646	184.748
Imobilizado	9	771.669	800.553	Uso do bem público (UBP)	15	11.905	11.430
Intangível	10	44.674	46.721	Provisões para riscos	17	2.960	4.207
Total do ativo não circulante		835.630	867.665	Outras obrigações		158	187
				Total do passivo não circulante		194.311	221.627
				Total do passivo		263.813	286.172
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18	563.765	563.765
				Reserva legal		15.782	13.862
				Reserva de lucros		45.091	65.174
				Total do patrimônio líquido		624.638	642.801
				Total do passivo e patrimônio líquido		888.451	928.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido		Capital social	Reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	563.765	13.862	65.174	642.801	Saldo em 31 de dezembro de 2022	563.765	12.735	110.766	687.266
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	38.408	38.408	Lucro líquido do exercício	-	-	22.535	22.535
	-	-	38.408	38.408		-	-	22.535	22.535
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.920	(1.920)	-	Constituição de reserva legal	-	1.127	(1.127)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	16.488	16.488	Reserva de retenção de lucros	-	-	21.408	(21.408)
Dividendos intermediários	-	-	(36.571)	(36.571)	Dividendos adicionais	-	-	(35.000)	(35.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(20.000)	(20.000)	Juros sobre capital próprio	-	-	(32.000)	(32.000)
	-	1.920	(20.083)	(18.163)		-	1.127	(45.592)	(43.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	563.765	15.782	45.091	624.638	Saldo em 31 de dezembro de 2024	563.765	13.862	65.174	642.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023	Variação
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	6.119	9.101	-32,8%
Variações monetárias	581	226	157,1%
Outros	(220)	(388)	-43,3%
	6.480	8.939	-27,5%
Despesas			
Juros	(16.297)	(18.435)	-11,6%
Variações monetárias	(3.783)	(5.372)	-29,6%
Outros	(236)	(291)	-18,9%
	(20.316)	(24.098)	-15,7%
Resultado financeiro líquido	(13.836)	(15.159)	-8,7%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2024 foi negativo em R\$ 13,8 milhões, representando uma melhora de R\$ 1,3 milhão ou 8,7%, em relação ao ano de 2023.

Acerca dessa variação, vale destacar pela queda na despesa com juros e variação monetária em virtude das amortizações no financiamento mantido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a redução na despesa de atualização das provisões para riscos em razão do encerramento de ações e, também, a redução nos rendimentos de aplicações financeiras.

ENDIVIDAMENTO

	2024	2023	Variação
Financiamentos	186.961	213.955	-12,6%
Curto prazo	29.315	29.207	0,4%
Longo prazo	157.646	184.748	-14,7%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.976)	(31.405)	-4,6%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(14.133)	(12.969)	-9,0%
Dívida líquida	142.852	169.581	-15,8%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

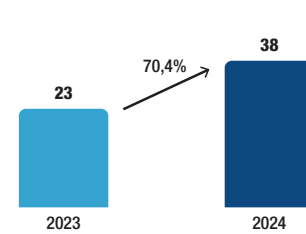
Ao final de 2024, a dívida líquida apresentou redução de -15,8% ou R\$ 26,7 milhões na comparação com a posição final de 2023. Essa redução se deu principalmente em razão das amortizações das parcelas do financiamento mantido pela Companhia junto ao BNDES.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2023	2022	Variação
BNDES	TJLP + 2,34% ao ano	16/06/2031	186.052	212.833	-12,6%
BNDES	TJLP	16/06/2031	909	1.122	-19,0%
			186.961	213.955	-12,6%

LUCRO LÍQUIDO

A Rio Canoas apresentou um desempenho de resultados bastante positivo no ano de 2024. A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 38,4 milhões, que representa um crescimento de 70,4% em relação ao lucro líquido apurado em 2023.

Lucro líquido (R\$ milhões)



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida			
Custos operacionais			
Pessoal		(5.212)	(4.603)
Material		(455)	(563)
Serviços de terceiros		(5.153)	(5.079)
Energia comprada	20.2	(11.899)	(892)
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	(32.720)	(32.479)
Encargos de uso da rede elétrica	20.3	(14.423)	(13.524)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(7.281)	(6.256)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(792)	(727)
Seguros		(1.033)	(1.034)
Aluguéis		(20)	(18)
Reversões/(constituições) de provisões para riscos	17.2	1.745	(312)
Outros		(402)	(21.068)
		(77.645)	(86.555)
Resultado bruto		68.221	40.222
Outros resultados operacionais			
Serviços de terceiros		(604)	(647)
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	(3)	(3)
Seguros		(2)	(7)
Compartilhamento de despesas	16.3	(5.842)	(6.608)
Outros		(145)	(152)
		(6.596)	(7.417)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		61.625	32.805
Resultado financeiro	21		
Receitas		6.480	8.939
Despesas		(20.316)	(24.098)
		(13.836)	(15.159)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	22	47.789	17.646
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(7.386)	(2.379)
Diferido		(1.995)	7.268
		(9.381)	4.889
Lucro líquido do exercício		38.408	22.535
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,06813	0,03997

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	38.408	22.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
* continuação (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Canoas Energia S.A. (ou "Rio Canoas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná constituída em 22 de agosto de 2009, na condição de produtora independente de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 16.681, em virtude basicamente da constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão/resoluções autorizativas

1.2.1. Contrato de concessão

Foi objeto do Leilão A-5 N° 03/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que originou o Contrato de Concessão n° 003/2010 - Aneel, com prazo original de 35 anos, contados a partir de 14 de dezembro de 2010 (término original da concessão em 13 de dezembro de 2045). Este prazo de vigência da outorga de concessão foi prorrogado por 218 dias, de acordo com o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 17 de novembro de 2017, que alterou o termo final para 19 de julho de 2046, conforme Resolução Autorizativa Aneel n° 6.087/2016 e o Despacho n° 340/2016 que autoriza a repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi. Em outubro de 2022 foi assinado o Terceiro Termo aditivo ao contrato de concessão 003/2020 - UHE Garibaldi, formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga da concessão para 2051.

A tabela a seguir demonstra o contrato de concessão da Companhia:

Contrato de concessão	Unidade Federativa	Usina Tipo	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão		
							UF	Rio
N° 03/2010	Garibaldi	UHE	SC	Canoas	191,9	84,9	14/12/2010	11/01/2051
					191,9	84,9		

SC - Santa Catarina/MW - Megawatt

1.3. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

1.3.1. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto n° 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a revisão ordinária anterior de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria n° 709 com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN), com início de vigência a partir de 1° de janeiro de 2023, conforme nota explicativa n° 1.2.

A adoção do período crítico de hidrologia relativo aos anos de 1949 a 1956 no cálculo da revisão causou um efeito de redução dos montantes de garantia física de diversas usinas do SIN, dentre elas, a usina da Companhia.

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 a Companhia ingressou com um pedido de tutela antecipada, para que fosse reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1956 e, alternativamente, que fossem suspensos, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme a Portaria 709/2022. O pedido de tutela antecipada em que se pleiteava a suspensão dos efeitos da Portaria foi indeferido em decisão proferida pelo juiz de primeira instância em 13 de março de 2023.

Em razão deste indeferimento, os efeitos da Portaria contemplando a revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas da Companhia estão sendo integralmente aplicados neste momento, ou seja, em caso de perda dessa ação, não haverá ajustes na garantia física.

Em 27 de março de 2023, a Companhia protocolou agravo de instrumento contra a decisão de indeferimento da tutela antecipada, bem como o pedido principal da ação, os quais aguardam decisão judicial. Caso a Companhia tenha sucesso na ação, ocorrerá o aumento da garantia física.

Para o exercício base-destas demonstrações financeiras não houve andamento nesse processo.

1.4. Evento climático extremo no Rio Grande do Sul

Fortes chuvas castigaram severamente o Rio Grande do Sul no fim de abril de 2024 causando grandes impactos para a região e estragos relevantes ainda não calculados pelo Estado.

As inundações afetaram a grande maioria dos municípios gaúchos, com milhares de pessoas impactadas pelo evento climático extremo.

Apesar do alcance do relacionamento comercial estabelecido e mediante a análise realizada pela Companhia, não foram identificadas desvalorizações de ativos e ou a necessidade de registro de provisões, visto que não há impactos financeiros e econômicos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras em razão do ocorrido.

1.5. Evento tributário

1.5.1. Reforma tributária

Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior.

A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".

Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.

A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa n° 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Revisão de garantia física (nota explicativa n° 1.3);
- ii. Provisões para riscos (nota explicativa n° 17); e
- iii. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa n° 22.2).

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa n° 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa n° 12.1.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16)
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7).

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21);

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladora, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da CTG Brasil que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico
O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) Generation Scaling Factor (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos e caixa e equivalentes de caixa.

Para o financiamento junto ao BNDES, o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

O impacto causado pela variação da TJLP e pelo IPCA sobre o UBP é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		47.789	17.646
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	32.723	32.482
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	9.2 e 10.2	116	7
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos		13.4	17.962
AVP e variação monetária sobre UBP		15.3	1.805
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Reversões)/constituições e variação monetária sobre provisão para riscos	17.2	(1.365)	1.845
Outras variações		(537)	255
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		5.387	(2.694)
Partes relacionadas		(717)	41
Serviços em curso		-	(78)
Fornecedores		768	20.213
Salários, provisões e contribuições sociais		75	(22)
Encargos setoriais		(138)	1.318
Uso do bem público (UBP)	15.3	(1.275)	(1.220)
Provisão para riscos	17.2	(86)	(7.820)
Impostos, taxas e contribuições		(1.896)	(6.166)
Outras variações ativas e passivas		(2.869)	(1.362)
Caixa gerado pelas operações		97.734	76.775
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(5.311)	(4.794)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13.4	(16.434)	(18.527)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		75.989	53.454
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	9.2 e 10.2	(1.696)	(1.301)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.696)	(1.301)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamentos		13.4	(28.522)
Pagamento de dividendos		14.2	(20.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio		14.2	(27.200)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(75.722)	(74.357)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.429)	(22.204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.405	53.609
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		29.976	31.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante de passivos (financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Instituição financeira	De três meses a Mais de doze meses					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De doze a mais de doze meses	De mais de doze meses	
BNDES	3.543	7.080	31.013	39.189	149.012	229.837
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social						

4.2. Risco de aceleração de débitos
A Companhia possui financiamentos com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (vide nota explicativa n° 13.7).

4.3. Risco de regulação
As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental
As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa n° 17.

4.5. Análise de sensibilidade
A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, financiamentos e UBP ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros indexador

Indexador do valor contábil do cenário provável

Saldo contábil em 2024

Ce-nário atual

Variação do cenário

Pro-ganho/Prejuízo

Aplicações financeiras

Aplicações financeiras vinculadas

TJLP + 2,34%

BNDES - TJLP

BNDES

Uso do bem público (UBP)

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

IPC

Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2024	2023
Financiamentos	13	186.961	213.955
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(29.976)	(31.405)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(14.133)	(12.969)
Dívida líquida		142.852	169.581
Patrimônio líquido	18	624.638	642.801
Total do capital		767.490	812.382
Índice de alavancagem financeira - (%)*		18,6	20,9

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

5.1.2. Composição

	2024	2023
Caixas e bancos	46	44
Aplicações financeiras	29.930	31.361
Certificado de depósito bancário (CDB)	29.930	31.361
	29.976	31.405

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por debêntures e aplicações vinculadas ao empréstimo do BNDES.

5.2.2. Movimentação

	Debêntures	BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.024	11.945	12.969
Rendimentos	1.307	60	1.367
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(194)	(9)	(203)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.137	11.996	14.133

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.3.1. Política contábil

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pela Companhia.

5.3.2. Composição

	Moody's	Fitch	2024	2023
AAA	AAA	AAA	1.139	8.643
AAA	-	-	-	18.045
AAA	AAA	-	37.940	12.971
-	AAA	AAA	3.691	4.715
-	AAA	-	1.339	-
			44.109	44.374

(*) Não auditados pelos auditores independentes

6. CLIENTES

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) que tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época e valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	À vencer	2024	2023
Contratos ACL	Até 90 dias	2.294	2.294
Contratos ACR		14.022	14.022
Energia de curto prazo (MRE/MCP)		68	68
		16.384	16.384

ACR - Ambiente de Contratação Regulada/MCP - Mercado de Curto Prazo

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2024, não foi necessária a substituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco Value at Risk (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2024	2023
Ativo		
Saldo negativo/Antecipações de IRPJ e CSLL	872	4.726
PIS e COFINS a recuperar	417	-
INSS a recuperar	1	4
ISS a recuperar	86	86
	1.376	4.816
Passivo		
PIS e COFINS a recolher	-	1.085
ICMS a recolher	226	67
Outros	47	46
	273	1.198

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica/CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido/PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/INSS - Instituto Nacional do Seguro Social/ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços/ISS - Imposto Sobre Serviços

8. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 13.203/2015 e na Resolução Normativa nº 684/2015, em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico da UHE Garibaldi para a energia no ACR.

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumem o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR.

Com base no patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a

9.2. Composição e movimentação

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Sistema de transmissão e conexão	Total
Taxa média anual de depreciação	2,7%	2,7%	2,7%	3,2%	12,1%	5,9%	2,7%	
(A) Imobilizado em curso								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.029	-	117	4.389	-	15	-	13.550
Adições	-	-	-	1.694	-	2	-	1.696
Transferências	-	-	(54)	(465)	-	(10)	-	(529)
Contingências (*)	212	-	-	-	-	-	-	212
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.241	-	63	5.618	-	7	-	14.929
(B) Imobilizado em serviço								
Custo	88.603	556.368	309.371	149.335	1.227	427	11.451	1.116.782
Depreciação acumulada	(24.069)	(164.437)	(91.759)	(44.954)	(973)	(132)	(3.455)	(329.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.534	391.931	217.612	104.381	254	295	7.996	787.003
Baixas	-	-	-	(116)	-	-	-	(116)
Transferências	-	-	54	465	-	10	-	529
Depreciação	(2.384)	(14.838)	(8.228)	(4.742)	(148)	(26)	(312)	(30.676)
Custo	88.603	556.368	309.426	149.675	1.227	437	11.451	1.117.187
Depreciação acumulada	(26.453)	(179.275)	(99.986)	(49.687)	(1.121)	(158)	(3.767)	(360.447)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.150	377.093	209.440	99.988	106	279	7.684	756.740
(A+B) Imobilizado líquido	71.391	377.093	209.503	105.606	106	286	7.684	771.669

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutora	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Sistema de transmissão e conexão	Total
Taxa média anual de depreciação	2,7%	2,7%	2,7%	3,0%	13,2%	6,1%	2,7%	
(A) Imobilizado em curso								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.261	-	83	8.633	-	6	-	17.983
Adições	-	-	94	1.175	-	9	-	1.278
Transferências	-	-	(60)	(5.419)	-	-	-	(5.479)
Contingências (*)	(232)	-	-	-	-	-	-	(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.029	-	117	4.389	-	15	-	13.550
(B) Imobilizado em serviço								
Custo	88.603	555.949	309.312	144.499	1.227	416	11.451	1.111.457
Depreciação acumulada	(21.685)	(149.593)	(83.532)	(40.458)	(811)	(126)	(3.143)	(299.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.918	406.356	225.780	104.041	416	290	8.308	812.109
Baixas	-	-	-	(1)	-	(6)	-	(7)
Transferências	-	419	60	4.857	-	37	-	5.373
Depreciação	(2.384)	(14.844)	(8.228)	(4.516)	(162)	(26)	(312)	(30.472)
Custo	88.603	556.368	309.371	149.335	1.227	427	11.451	1.116.782
Depreciação acumulada	(24.069)	(164.437)	(91.759)	(44.954)	(973)	(132)	(3.455)	(329.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.534	391.931	217.612	104.381	254	295	7.996	787.003
(A+B) Imobilizado líquido	73.563	391.931	217.729	108.770	254	310	7.996	800.553

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida da provisão para riscos em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

10. INTANGÍVEL

10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

Em serviço	Repactuação - Extensão da Concessão	Uso do bem público (UBP)	Software	Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	Total
	25	26	2	26	
Taxa média anual de amortização	2,9%	0,8%	12,8%	3,3%	
(A) Intangível em curso					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	57	-	57
Transferências	-	-	(50)	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	7	-	7
(B) Intangível em serviço					
Custo	24.376	30.436	2.633	23.148	80.593
Amortização acumulada	(6.147)	(23.914)	(1.553)	(2.315)	(33.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.229	6.522	1.080	20.833	46.664
Transferências	-	50	-	-	50
Amortização	(698)	(234)	(344)	(771)	(2.047)
Custo	24.376	30.436	2.684	23.148	80.644
Amortização acumulada	(6.845)	(24.148)	(1.898)	(3.086)	(35.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.531	6.288	786	20.062	44.667
(A+B) Intangível líquido	17.531	6.288	793	20.062	44.674



Rio Canoas Energia S.A.
 CNPJ nº 11.316.814/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

Taxa média anual de amortização	Repactuação - Extensão da Concessão		Uso do bem público (UBP)		Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		Total
	2,9%	0,8%	0,8%	11,7%	3,3%		
(A) Intangível em curso							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	63	-	-	63
Adições	-	-	-	23	-	-	23
Transferências	-	-	-	(29)	-	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	57	-	-	57
(B) Intangível em serviço							
Custo	24.376	30.436	2.498		23.148	80.458	
Amortização acumulada	(5.449)	(23.681)	(1.246)		(1.543)	(31.919)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.927	6.755	1.252		21.605	48.539	
Transferências	-	-	-	135	-	-	135
Amortização	(698)	(233)	(307)		(772)	(2.010)	
Custo	24.376	30.436	2.633		23.148	80.593	
Amortização acumulada	(6.147)	(23.914)	(1.553)		(2.315)	(33.929)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.229	6.522	1.080		20.833	46.664	
(A+B) Intangível líquido	18.229	6.522	1.137		20.833	46.721	

10.3. Itens que compõem o intangível

10.3.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

10.3.2. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 03/2010 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

10.3.3. Repactuação extensão da concessão

Repactuação da extensão da concessão - em 2015, ocorreram grandes restrições hidrológicas que prejudicaram a produção de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). Por este motivo a Lei 13.203, de 8 de dezembro de 2015, permitiu a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. De acordo com o termo de repactuação e em decorrência de sua retroatividade, a Companhia adquiriu o direito de recuperar parcialmente o custo com o GSF de 2015. O montante de R\$ 6.651 (R\$ 6.910 em 31 de dezembro de 2018) como prêmio de seguro e a outra parte como extensão da concessão (intangível) no montante de R\$ 21.145 (R\$ 21.969 em 31 de dezembro de 2018), equivalente a 217 dias, para a classe do produto escolhido (SP90), ambos serão amortizados pelo prazo da concessão.

10.3.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF) (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

11. FORNECEDORES

11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.2. Composição

	2024		2023		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Suprimento de energia elétrica	120	-	120	-	-
Materiais e serviços contratados	1.762	20.640	22.402	1.242	20.640
Encargos de uso da rede elétrica	1.364	-	1.364	1.236	-
Tust	1.364	-	1.364	1.236	-
Total	3.246	20.640	23.886	2.478	20.640

Tust - Taxa de Uso do Sistema de Transmissão

A Companhia reconheceu no ano de 2023 uma provisão no valor de R\$ 20.640, decorrente da expectativa provável de desembolso, para cumprir obrigações contratuais firmadas no âmbito do seu contrato de concessão, os quais representam um custo para a Companhia em 2023.

12. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

12.1. Composição

	2024		2023		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
CFURH	850	-	850	1.553	-
PDI	135	721	856	127	134
TFSEE	66	-	66	61	-
Total	1.051	721	1.772	1.741	134

12.1.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

13.5. Características dos contratos de financiamento

Sub-créditos	Juros	Amortização	Destinação do sub-créditos
Sub-créditos "A":	247.300		Destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financeiros
Sub-créditos "B": (*)	15.000		
Sub-créditos "C":	100.000		
Sub-créditos "D":	3.700		
Sub-créditos "E":	1.830		Destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do programa de educação ambiental ("PBA")
Total	367.830		

(*) Sub-créditos pendentes de liberação no montante de R\$ 15.000. Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data destas demonstrações financeiras.

13.6. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- Alienação fiduciária de 100% das ações da emissora;
- Fiança bancária;
- Cessão fiduciária sobre os direitos emergentes da concessão.

13.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos e pagamento de JSCP cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% do lucro líquido ajustado;
- Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,30.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos covenants, conforme abaixo:

Acumulado dos últimos 12 meses	2024	2023
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	31.405	53.609
(+) Ebitda	94.348	65.287
(-) Impostos sobre o lucro	(9.381)	4.889
Total	116.372	123.785
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	28.522	28.307
(+) Pagamento de juros	16.434	18.527
Total	44.956	46.834
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,30	2,59	2,64

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

14.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

14.2. Composição e movimentação

	Saldo em 2023	Dividendos e JSCP constituídos em 2023	Saldo em 2024
(A) Dividendos			
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	36.571 (20.000)	16.571
(B) Juros sobre capital próprio (*)			
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	27.200	17.000 (27.200)	17.000
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	27.200	53.571 (47.200)	33.571

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

15.1. Política contábil

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através do contrato de concessão nº 03/2010 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, a Companhia paga, valores anuais, contados a partir da assinatura do contrato, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do exercício de concessão.

A taxa de desconto no cálculo do valor presente é de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

15.2. Composição

	2024		2023		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Valor nominal	1.316	33.526	34.842	1.258	33.159
(-) Ajuste a valor presente	(64)	(21.621)	(21.685)	(61)	(21.729)
Total	1.252	11.905	13.157	1.197	11.430

15.3. Movimentação

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.417	(21.790)	12.627
Ajuste a valor presente	-	105	105
Pagamento	(1.275)	-	(1.275)
Atualização monetária	1.700	-	1.700
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.842	(21.685)	13.157

16. PARTES RELACIONADAS

16.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

16.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Parapanema Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Parapanema Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia com empresas coligadas.

16.3.1. Composição

	2023	
	Ativo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	598
Rio Verde Energia S.A.	56	1
Rio Paraná Energia S.A.	12	128
Rio Parapanema Energia S.A.	4	62
Total	72	789

Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

16.3.2. Resultado

	2024		2023	
	Venda de energia	Comp. de infraestrutura	Venda de energia	Comp. de infraestrutura
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(3.799)	-	(4.516)
Rio Verde Energia S.A.	-	-	534	-
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	1.572	-	1.482	-
Rio Paraná Energia S.A.	-	(1.349)	-	(1.289)
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	(694)	-	(806)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	-	3
	1.572	(5.842)	2.016	(6.608)

17. PROVISÕES PARA RISCOS E CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

17.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações fiscais, ambientais e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

17.2. Provisões para riscos

17.2.1. Composição e movimentação

	Cíveis		
	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Total
(A) Provisão para riscos			
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (reversões)	5.034	7.016	12.050
(reversões) (*)	-	(1.745)	(1.745)
Variáveis monetárias	(547)	-	(547)
Variáveis monetárias (*)	-	380	380
Acordos/pagamentos	(551)	(5.273)	(5.824)
	(735)	(6.638)	(7.373)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.299	378	4.677
(B) Depósitos judiciais			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.292)	(5.551)	(7.843)
Variáveis monetárias	-	(8)	(8)
Variáveis monetárias (*)	(104)	-	(104)
(Adições)	(89)	(75)	(164)
Baixas	555	5.347	5.902
Baixas (*)	500	-	500
	862	5.264	6.126
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.430)	(287)	(1.717)
(A+B) Provisões líquidas			
Não circulante	2.742	1.465	4.207
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.742	1.465	4.207
Não circulante	2.869	91	2.960
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.869	91	2.960

	Cíveis		
	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Total
(A) Provisão para riscos			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.972	6.161	13.133
Provisões/(reversões)	-	(272)	(272)
Provisões/(reversões) (*)	(1.230)	-	(1.230)
Variáveis monetárias	-	1.517	1.517
Variáveis monetárias (*)	528	-	528
Acordos/pagamentos	(1.235)	(390)	(1.625)
	(1.937)	855	(1.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.035	7.016	12.051
(B) Depósitos judiciais			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.497)	(163)	(2.660)
Variáveis monetárias	-	(59)	(59)
Variáveis monetárias (*)	(93)	-	(93)
(Adições)	(2.650)	(3.481)	(6.131)
Baixas	526	10	536
Baixas (*)	563	-	563
Reclassificações (i)	1.858	(1.858)	-
	204	(5.388)	(5.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.293)	(5.551)	(7.844)
(A+B) Provisões líquidas			
Não circulante	4.475	5.998	10.473
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.475	5.998	10.473
Não circulante	2.742	1.465	4.207
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.742	1.465	4.207

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão da discussão ser a respeito de terrenos, que são controlados no grupo de imobilizado.

(i) Reclassificações realizadas entre depósitos cíveis de causa de desapropriações de terras x indenizações de benfeitorias.

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

17.2.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências cíveis líquidas somam R\$ 2.960, e referem-se a ações indenizatórias ajuizadas contra a Companhia em decorrência do alargamento e desapropriação de áreas para construção dos reservatórios, linha de transmissão e reavaliação dos valores pagos decorrentes de desapropriação para construção da UHE.

As constituições e as baixas nas provisões referem-se a reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, tendo em vista campanha de acordo realizada pela Companhia visando uma composição amigável entre as partes.

17.3. Contingências possíveis

17.3.1. Composição

	2024	2023
Fiscais	7.148	6.614
Cíveis	1.549	1.870
	8.697	8.484

17.3.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, em relação as principais contingências fiscais a Administração concluiu em conjunto com seus assessores jurídicos que não é provável que a autoridade fiscal não aceite os pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ e CSLL), bem como de tributos pagos a maior a favor da Companhia. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário os quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$1.478.

Execução Fiscal referente aos valores de ISS e multa, decorrente da prestação de serviços realizados para construção da UHE Garibaldi. Valor classificado como possível de R\$ 5.670.

17.3.3. Cíveis

As contingências cíveis com expectativa de perda possível no montante de R\$ 1.549 referem-se às ações de desapropriação/indenização ajuizadas em decorrência do negócio, inclusive em razão da construção dos reservatórios pela Rio Canoas. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 563.765, equivalentes a 563.765,475 (quinhentas e sessenta e três milhões, setecentas e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação dá direito a um voto nas Assembleias Gerais, caso a ação pertença a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

	2024 e 2023	%
Ações ordinárias	563.765.475	100,0

China Three Gorges Brasil Energia S.A. 563.765.475 100,0

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel e BNDES, devido ao financiamento com a entidade.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria, submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no exercício subsequente.

18.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

18.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

18.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535	
Constituição da reserva legal	(1.920)	(1.127)	
Base de cálculo dos dividendos	36.488	21.408	
Distribuições			
Dividendos	36.571	35.000	
Juros sobre capital próprio	20.000	32.000	
	56.571	67.000	
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	9.122	5.352	
Distribuições adicionais	47.449	61.648	
Deliberação	Provento	R\$ mil	R\$
AGE de 09/12/2024	Juros sobre capital próprio	20.000	0,03547
AGE de 09/10/2024	Dividendos	20.000	0,03547
AGE de 08/12/2023	Juros sobre capital próprio	32.000	0,05676
AGE de 03/10/2023	Dividendos	35.000	0,06208

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

19.1. Política contábil

19.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

19.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

19.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	27.092	14.586
Contratos ACR	121.086	115.897
Mercado de curto prazo (MCP)	2.851	6.925
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	14.549	5.421
Total receita operacional bruta	165.578	142.829
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(15.008)	(13.045)
ICMS	(3.326)	(1.809)
PDI	(1.378)	(1.198)
	(19.712)	(16.052)
Receita operacional líquida	145.866	126.777

20. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

20.1. Energia elétrica vendida

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	134.224	27.092	79.502	14.586
Contratos ACR	509.709	121.086	507.597	115.897
Mercado de curto prazo (MCP)	27.044	2.851	52.942	6.925
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	440.512	14.549	344.003	5.421
	1.111.489	165.578	984.044	142.829

(*) Não auditado pelos auditores independentes

20.2. Energia elétrica comprada

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Mercado de curto prazo (MCP)	50.317	12.661	1.623	113
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	360	18.337	884
(-) Crédito de PIS	-	(200)	-	(19)
(-) Crédito de COFINS	-	(922)	-	(86)
	50.317	11.899	19.960	892

(*) Não auditado pelos auditores independentes

20.3. Encargos de uso da rede elétrica

20.3.1. Política contábil

Os encargos devidos pela Companhia estabelecido pela Aneel são: Tust, Tustd e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
- valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Companhia é pago mensalmente à ETSE (Empresa de Transmissão Serrana S.A.) para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina. No caso do pagamento à ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.), este custo também é para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina (linha provisória).

O encargo de conexão da Companhia é pago mensalmente à ETSE (Empresa de Transmissão Serrana S.A.) para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina. No caso do pagamento à ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.), este custo também é para remunerar os custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina (linha provisória).

	2024	2023
Tust	15.702	14.717
Tustd	68	62
Encargos de conexão	110	120
(-) Crédito de PIS	(260)	(245)
(-) Crédito de COFINS	(1.197)	(1.130)
	14.423	13.524

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

21. RESULTADO FINANCEIRO

21.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, juros entre outras.

	2024	2023
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	6.119	9.101
Variáveis monetárias	581	226
Depósitos judiciais	8	59
Uso do bem público (UBP)	-	49
Tributos a recuperar	463	38
Inadimplência CCEE	110	80
(-) PIS e COFINS	(316)	(434)
Outras receitas financeiras	96	46
	6.480	8.939
Despesas		
Juros	(16.297)	(18.435)
Financiamentos	(16.297)	(18.435)
Variáveis monetárias	(3.783)	(5.372)
Uso do bem público (UBP)	(1.700)	(1.561)
Provisões para riscos	(380)	(1.533)
Financiamentos	(1.665)	(2.277)
Outras	(38)	(1)
Ajuste a valor presente do UBP	(105)	(165)
Outras despesas financeiras	(131)	(126)
	(20.316)	(24.0

Rio Canoas Energia S.A.
CNPJ nº 11.316.814/0001-56NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais. A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Provisões para riscos	95	34	129	1.754	631	2.385
Provisões de penalidades contratuais	9.235	3.324	12.559	9.231	3.325	12.556
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	74	26	100	63	23	86
Outras provisões	123	43	166	7	2	9
Total bruto	9.527	3.427	12.954	11.055	3.981	15.036
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(5.015)	(1.806)	(6.821)	(5.208)	(1.875)	(7.083)
Ajuste a valor presente do UB	(4.467)	(1.608)	(6.075)	(4.340)	(1.562)	(5.902)
Total bruto	(9.482)	(3.414)	(12.896)	(9.548)	(3.437)	(12.985)
Imposto diferido líquido	45	13	58	1.507	544	2.051

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	A partir de 2030					Total
	2025	2026	2027	2028	2029	
Imposto diferido ativo	267	-	-	-	-	12.954
Imposto diferido passivo	(466)	(461)	(457)	(452)	(446)	(10.614)
Imposto diferido líquido	(199)	(461)	(457)	(452)	(446)	2.073

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	38.408	22.535
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	563.765	563.765
Resultado básico e diluído por ação	0,06813	0,03997

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

24.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas). As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

24.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

24.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

24.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4. Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

24.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

24.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado		-	46	44	44
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	29.930	29.930	31.361	31.361
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	14.133	14.133	12.969	12.969
Cientes	Custo amortizado		-	16.384	16.384	21.661
Partes relacionadas	Custo amortizado		-	-	72	72
			60.493	60.493	66.107	66.107
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		-	23.886	23.118	23.118
Encargos setoriais	Custo amortizado		-	1.772	1.875	1.875
Financiamentos	Custo amortizado		-	186.961	186.961	213.955
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)	Custo amortizado		-	33.571	33.571	27.200
Uso do Bem Público (UBP)	Custo amortizado		-	13.157	13.157	12.627
Partes relacionadas	Custo amortizado		-	-	789	789
			259.347	259.347	279.564	279.564

25. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2024 a 04/08/2025	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2024 a 04/08/2025	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2025	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2024 a 08/12/2025	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Aljan de Abreu Machado - Diretor

Márcio José Peres - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria do Grupo CTG Brasil

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Canoas Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Canoas Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Canoas Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.0 exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão

de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Conduímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores independentes Ltda.

CRC nº 2SP 011609/O-8 "F" - PR

Janete Im Hayashi

Contadora

CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte

www.ctgbr.com.br

BEM PARANÁ

Informação vai bem.



CTG Brasil

Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

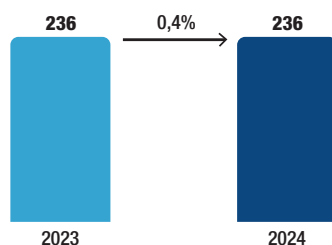
Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2024	2023	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	263.106	262.065	0,4%
(-) Deduções à receita operacional	(26.668)	(26.562)	0,4%
Receita operacional líquida	236.438	235.503	0,4%
(-) Custos e outros resultados operacionais	(67.184)	(59.895)	12,2%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	169.254	175.608	-3,6%
Ebitda	190.310	196.442	-3,1%
Margem Ebitda - %	80,5%	83,4%	-2,9 p.p.
Resultado financeiro	4.313	16.864	-74,4%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	173.567	192.472	-9,8%
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880	-10,7%
Margem líquida - %	51,3%	57,7%	-6,4 p.p.
Quantidade de ações	70.586	70.586	0,0%
Lucro líquido básico e diluído por ação	1,71849	1,92503	10,7%

EBITDA - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization

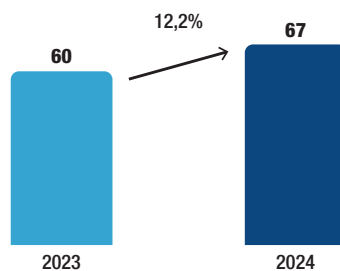
A receita operacional líquida do ano de 2024 foi de R\$ 236,4 milhões, que representa um crescimento de R\$ 0,9 milhão ou 0,4% em relação ao ano anterior. Acerca dessa variação vale destacar a atualização pela inflação do contrato bilateral mantido pela Companhia.

Receita operacional líquida
(R\$ milhões)

As despesas operacionais totalizaram R\$ 67,2 milhões no ano de 2024, o que representa um aumento de R\$ 7,3 milhões, ou 12,2%, em relação a 2023. Entre os principais fatores que justificam esse resultado, vale destacar:

- Crescimento de R\$ 6,5 milhões na rubrica de energia comprada, principalmente em virtude de piora no cenário hídrico na comparação entre os exercícios;
- Aumento de R\$ 0,7 milhão nos encargos regulatórios pelo uso da rede Elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das Tarifas dos Encargos de Transmissão (TUST).

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



EBITDA E MARGEM EBITDA

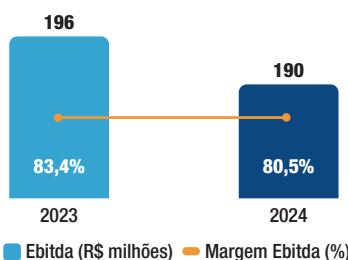
	2024	2023	Variação
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880	-10,7%
Imposto de renda e contribuição social	52.266	56.592	-7,6%
Resultado financeiro (líquido)	(4.313)	(16.864)	-74,4%
Depreciação e amortização	21.056	20.834	1,1%
Ebitda	190.310	196.442	-3,1%

Margem Ebitda 80,5% 83,4% -2,9 p.p.

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O Ebitda da Rio Verde medido em 2024 totalizou R\$ 190,3 milhões, representando uma redução de R\$ 6,1 milhões ou -3,1% quando comparado ao desempenho do ano de 2023. Essa variação deve-se principalmente ao aumento na compra de energia em virtude da piora nas condições de hidrologia.

A margem Ebitda se manteve no bom patamar de 80,5%, pouco abaixo resultado observado no ano anterior.

Ebitda
(R\$ milhões)

■ Ebitda (R\$ milhões) ■ Margem Ebitda (%)

	2024	2023	Variação
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas			
Rendimento de aplicações financeiras	13.687	26.680	-48,7%
Variáveis monetárias	575	3.437	-83,3%
Outros	(616)	(1.254)	-50,9%
	13.646	28.863	-52,7%
Despesas			
Juros	(4.049)	(5.788)	-30,0%
Variáveis monetárias	(4.850)	(2.796)	73,5%
Outros	(434)	(3.415)	-87,3%
	(9.333)	(11.999)	-22,2%
Resultado financeiro líquido	4.313	16.864	-74,4%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2024 foi positivo em R\$ 4,3 milhões, representando uma piora de R\$ 12,6 milhões ou -74,4%, em relação ao ano de 2023. Essa variação deu-se, principalmente, pela redução de R\$ 13 milhões nas receitas de aplicações financeiras, em virtude do menor saldo médio de caixa na comparação entre os dois períodos, além da redução do Certificado de Depósito Bancário (CDI).

	2024	2023	Variação
ENDIVIDAMENTO			
Financiamentos	40.793	63.569	-35,8%
Curto prazo	22.297	23.253	-4,1%
Longo prazo	18.496	40.316	-54,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.075)	(92.338)	-27,4%
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(10.715)	(9.833)	9,0%
Dívida líquida	(36.997)	(38.602)	-4,2%

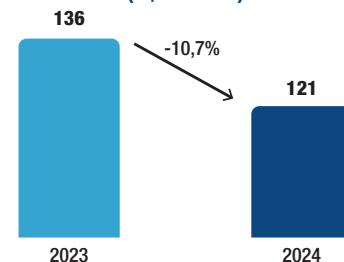
A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2024, a dívida líquida apresentou uma variação de -4,2% ou R\$ 1,6 milhão na comparação com a posição final de 2023. Acerca dessa variação, vale destacar a redução no saldo final de caixa em virtude dos pagamentos de dividendos efetuados ao acionista, bem como a redução no saldo do financiamento mantido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) em função das amortizações das parcelas durante o ano.

Dívidas	Remuneração	Vencimento	2024	2023	Variação
BNDES	TJLP +1,81% ao ano	15/09/2026	37.731	58.934	-36,0%
BNDES	TJLP +2,16% ao ano	15/09/2026	3.062	4.635	-33,9%
			40.793	63.569	-35,8%

LUCRO LÍQUIDO

Apesar de todos os desafios de 2024, com destaque para a deterioração do cenário hidrológico, a Rio Verde apresentou um bom resultado no ano de 2024. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 121,3 milhões, que representa uma redução de R\$ 14,6 milhões ou -10,7%, quando comparado ao desempenho obtido no ano de 2023.

Lucro líquido
(R\$ milhões)BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	67.075	92.338	Fornecedores	10	2.934	2.679
Clientes	6	22.190	22.326	Salários, provisões e contribuições sociais		692	643
Tributos a recuperar	7	-	1	Tributos a recolher	7	43.281	28.008
Partes relacionadas	15.3	-	15	Encargos setoriais	11	861	689
Outros créditos		2.706	1.563	Indenização socioambiental		1.021	978
Total do ativo circulante		91.971	116.243	Financiamentos	12	22.297	23.253
Não circulante				Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	13	104.450	29.369
Realizável a longo prazo				Uso do Bem Público (UBP)	14	2.435	2.387
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	10.715	9.833	Partes relacionadas	15.3	268	651
		10.715	9.833	Outras obrigações		6	6
Imobilizado	8	351.601	369.750	Total do passivo circulante		178.245	88.663
Intangível	9	51.494	54.185	Não circulante			
Total do ativo não circulante		413.810	433.768	Tributos diferidos	21.2	42.724	44.443
				Encargos setoriais	11	2.476	1.613
				Financiamentos	12	18.496	40.316
				Uso do Bem Público (UBP)	14	22.196	21.036
				Provisões para riscos	16	445	161
				Total do passivo não circulante		86.337	107.569
				Total do passivo		264.582	196.232
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		130.000	130.000
				Reserva legal		26.000	26.000
				Reserva de lucros		36.195	146.477
				Ajuste de avaliação patrimonial		49.004	51.302
				Total do patrimônio líquido		241.199	353.779
				Total do passivo e patrimônio líquido		505.781	550.011
Total do ativo		505.781	550.011				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.000	26.000	146.477	-	51.302	353.779
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	121.301	-	121.301
Lucro líquido do exercício	-	-	-	121.301	-	121.301
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.482	(3.482)	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.184)	1.184	-
	-	-	-	2.298	(2.298)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	16.599	(16.599)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(126.881)	-	-	(126.881)
Dividendos intermediários	-	-	-	(90.000)	-	(90.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(17.000)	-	(17.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
	-	-	(110.282)	(123.599)	-	(233.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	130.000	26.000	36.195	-	49.004	241.199
Saldo em 31 de dezembro de 2022	130.000	22.597	236.320	-	53.601	442.518
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	135.880	-	135.880
Lucro líquido do exercício	-	-	-	135.880	-	135.880
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.483	(3.483)	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.184)	1.184	-
	-	-	-	2.299	(2.299)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	101.657	(101.657)	-	-
Constituição de reserva legal	-	3.403	-	(3.403)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(191.500)	-	-	(191.500)
Dividendos intermediários	-	-	-	(8.119)	-	(8.119)
Dividendos propostos	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
	-	3.403	(89.843)	(138.179)	-	(224.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	130.000	26.000	146.477	-	51.302	353.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. INFORMAÇÕES GERAIS****1.1. Contexto operacional**

A Rio Verde Energia S.A. (ou "Rio Verde" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na condição de produtora independente de energia elétrica.

A Companhia tem por objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto ("UHE Salto" ou "Usina"), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 86.274, em virtude basicamente da constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Contratos de Concessão

Em 11 de dezembro de 2002, a Companhia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 90/2002, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Salto, outorgada pelo Decreto s/nº de 8 de novembro de 2002.

O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente. O prazo da concessão e do contrato é de 35 anos a partir da data de assinatura dele, podendo ser prorrogado.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 (Despacho Aneel nº 1.446/2010) e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 (Despacho Aneel nº 2.554/2010), com capacidade total instalada de 116 MW que foi regularizada através do Quarto Termo Aditivo, firmado em 24 de novembro de 2009, ao Contrato de Concessão.

A tabela a seguir demonstra o contrato de concessão da companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento
Nº 90/2002	Salto	UHE	GO	Verde	116,0	63,2	11/12/2002	06/04/2046
					116,0	63,2		

GO - Goiás/MW - Megawatt

1.3. Evento climático extremo no Rio Grande do Sul

Fortes chuvas castigaram severamente o Rio Grande do Sul no fim de abril de 2024 causando grandes impactos para a região e estragos relevantes ainda não calculados pelo Estado.

As inundações afetaram a grande maioria dos municípios gaúchos, com milhões de pessoas impactadas pelo evento climático extremo. Apesar do alcance do relacionamento comercial estabelecido e mediante a análise realizada pela Companhia, não foram identificadas desvalorizações de ativos e ou a necessidade de registro de provisões, visto que não há impactos financeiros e econômicos diretos e indiretos nas demonstrações financeiras em razão do ocorrido.

1.4. Evento tributário**1.4.1. Reforma tributária**

Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior. A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".

Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.

A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisões para riscos (nota explicativa nº 16); e
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 21.2).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	18	236.438	235.503
Custos operacionais			
Pessoal		(5.260)	(4.814)
Material		(576)	(416)
Serviços de terceiros		(4.118)	(5.162)
Energia comprada	19.2	(12.116)	(5.567)
Depreciação e amortização	8.2 e 9.2	(21.049)	(20.826)
Encargos de uso da rede elétrica	19.3	(14.725)	(14.017)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(2.866)	(2.915)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		(478)	(440)
Seguros		(411)	(411)
Aluguéis		(19)	(12)
(Constituições)/reversões de provisões para riscos	16.2	(214)	24
Outros		(175)	(197)
		(62.007)	(54.753)
Resultado bruto		174.431	180.750
Outros resultados operacionais			
Serviços de terceiros		(224)	(386)
Depreciação e amortização	8.2 e 9.2	(7)	(8)
Seguros		(2)	(6)
Provisões para riscos	16.2	(1)	-
Compartilhamento de despesas	15.3	(3.085)	(3.160)
Outros		(1.858)	(1.582)
		(5.177)	(5.142)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		169.254	175.608
Resultado financeiro	20		
Receitas		13.646	28.863
Despesas		(9.333)	(11.999)
		4.313	16.864
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21	173.567	192.472
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(53.985)	(42.766)
Diferido		1.719	(13.826)
		(52.266)	(56.592)
Lucro líquido do exercício		121.301	135.880
Lucro líquido básico e diluído por ação	22	1.71849	1.92503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	121.301	135.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		173.567	192.472
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	8.2 e 9.2	21.056	20.834
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre financiamentos	12.4	4.755	6.837
AVP e variação monetária sobre UBP	14.3	3.677	1.577
Variação monetária sobre depósitos judiciais	16.2	(214)	(238)
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos	16.2	497	231
Outras variações		243	126
Variação nos ativos e passivos			
Clientes		138	1.092
Partes relacionadas		(368)	(396)
Serviços em curso		-	(6)
Fornecedores		255	(213)
Salários, provisões e contribuições sociais		49	53
Encargos setoriais		833	670
Uso do Bem Público (UBP)	14.3	(2.469)	(2.537)
Provisão para riscos	16.2	1	-
Impostos, taxas e contribuições		(6.445)	(9.229)
Outras variações ativas e passivas		(2.180)	(559)
Caixa gerado pelas operações		193.395	210.714
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(34.661)	(34.885)
Pagamento de juros sobre financiamentos	12.4	(4.135)	(5.863)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		154.599	169.966
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível	8.2 e 9.2	(216)	(872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(216)	(872)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamentos	12.4	(23.396)	(23.220)
Pagamento de dividendos	13.2	(135.000)	(201.714)
Pagamento de juros sobre capital próprio	13.2	(21.250)	(24.650)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(179.646)	(249.584)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(25.263)	(80.490)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		92.338	172.828
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		67.075	92.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 11.2.2).

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16)
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7)

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21);

Os pronunciamentos novos que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).


 Rio Verde Energia S.A.
 CNPJ nº 05.252.008/0001-69

 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Controladora, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da CTG Brasil que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o chamado *Generation Scaling Factor-GSF* (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco de concentração de clientes

A Companhia considerando os riscos de mercado, desenvolveu metodologia e implementou política de proteção a seu portfólio de clientes, que foi desenvolvida desde sua primeira versão.

Atualmente são estabelecidos limites que consideram a participação dos clientes e seus respectivos setores de atuação, dentre outras premissas como robustez financeira e patrimonial.

A Companhia adota como uma das principais premissas de controle sua garantia física que será contratada.

No ano de 2024, em razão de um contrato firmado enquanto as condições de negociação eram mais favoráveis que as atuais, houve a concentração superior a 10% da receita operacional da Companhia, com contraparte de grande porte e excelente histórico de relacionamento.

4.1.1.3. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos e caixa e equivalentes de caixa.

Para o financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o risco está ligado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), este risco é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que estão indexados à variação dos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, patrimônio líquido, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia monitora constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia poderá estruturar novos financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (financiamentos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Instituição financeira	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Total
BNDES	2.162	4.298	18.720	17.738	42.918

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (vide nota explicativa nº 12).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de atuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciando, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, financiamentos e UBP ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador cenário provável	Saldo contábil em 2024	Cenário		Ganho/(perda)	
				atual	provável		
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	DI	12,15%	14,46%	67.032	8.144	9.693	1.549
Aplicações financeiras vinculadas	DI	12,15%	14,46%	10.715	1.302	1.549	247
				77.747	9.446	11.242	1.796
Passivos financeiros							
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	7,43%	7,94%	(37.731)	(3.537)	(3.735)	(198)
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	7,43%	7,94%	(3.062)	(299)	(315)	(16)
Uso do bem público (UBP)	IGPM	6,69%	4,22%	(24.631)	(1.649)	(1.039)	610
				(65.424)	(5.485)	(5.089)	396
Total da exposição líquida				12.323	3.961	6.153	2.192

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2024	2023
Financiamentos	12	40.793	63.569
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.1	(67.075)	(92.338)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	5.2	(10.715)	(9.833)
Dívida líquida		(36.997)	(38.602)
Patrimônio líquido	17	241.199	353.779
Total do capital		204.202	315.177
Índice de alavancagem financeira - (%)*		-18,1	-12,2

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 20).

5.1.2. Composição

Caixas e bancos

Aplicações financeiras

Certificado de depósito bancário (CDB)

	2024	2023
Caixas e bancos	43	45
Aplicações financeiras	67.032	92.293
Certificado de depósito bancário (CDB)	67.032	92.293
	67.075	92.338

5.2. Aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

As aplicações financeiras vinculadas possuem prazos determinados e são remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI), sendo compostas por aplicações vinculadas ao empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5.2.2. Movimentação

	BNDES
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.833
Rendimentos	1.037
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	(155)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.715

5.3. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo "A" ou equivalente, atribuído por uma das três principais agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch*), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pela Companhia.

5.3.1. Composição

	Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2024	2023
AAA	AAA	AAA	AAA	4.592	241
AAA	-	-	-	-	66.932
AAA	AAA	AAA	-	72.038	33.887
-	-	AAA	AAA	1.160	1.111
				77.790	102.171

(*) Não auditados pelos auditores independentes

6. CLIENTES

6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo preço da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por contratos relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	A vencer até 90 dias	2024	2023
Contratos ACL	22.190	22.190	22.184
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	-	-	142
	22.190	22.190	22.326

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia/MCP - Mercado de Curto Prazo

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD, para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia não registra PECLD, para eventos referentes aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2024, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2024	2023
Ativo		
ISS a recuperar	-	1
		1
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	42.514	26.026
PIS e COFINS a recolher	694	1.921
ICMS a recolher	24	17
Outros	49	44
	43.281	28.008

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica/CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido/PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços/ISS - Imposto Sobre Serviços

8. IMOBILIZADO

8.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item

Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

Em serviço	Reservatório,		Edificações, obras		Máquinas e		Móveis e	
	Terrenos	barragens e adutora	civis e benfeitorias	equipamentos	Veículos	utensílios		
Vida útil-econômica remanescente em anos	21	21	16	17	1	9		

A Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão do valor residual dos bens. Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais".

8.2. Composição e movimentação

Taxa média anual de depreciação	Reservatório,		Edificações,		Máquinas e		Móveis e	
	Terrenos	barragens e adutora	benfeitorias	equipamentos	Veículos	utensílios		
(A) Imobilizado em curso	2,5%	2,6%	3,1%	3,1%	6,1%	5,5%		
Saldo em 31 de dezembro de 2023			66	4.407		23	4.496	
Adições				199		17	216	
Transferências				(686)		(31)	(717)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024			66	3.920		9	3.995	

Taxa média anual de depreciação	Reservatório,		Edificações,		Máquinas e		Móveis e	
	Terrenos	barragens e adutora	benfeitorias	equipamentos	Veículos	utensílios		
(A) Imobilizado em curso	2,5%	2,5%	3,1%	3,1%	10,3%	5,3%		
Saldo em 31 de dezembro de 2022			66	23.188		18	23.272	
Adições				847		5	852	
Transferências				(19.628)			(19.628)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023			66	4.407		23	4.496	

(B) Imobilizado em serviço

Custo	Reservatório,		Edificações,		Máquinas e		Móveis e	
	Terrenos	barragens e adutora	benfeitorias	equipamentos	Veículos	utensílios		
52.081	341.877	34.004	227.701	1.031	302	656.996		
Depreciação acumulada	(23.533)	(146.766)	(15.896)	(104.495)	(907)	(145)	(291.742)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.548	195.111	18.108	123.206	124	157	365.254	
Transferências				689		28	717	
Depreciação	(1.279)	(8.973)	(1.059)	(6.973)	(63)	(18)	(18.365)	
Custo	52.081	341.877	34.004	228.389	1.031	329	657.711	
Depreciação acumulada	(24.812)	(155.739)	(16.955)	(111.467)	(970)	(162)	(310.105)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.269	186.138	17.049	116.922	61	167	347.606	
(A+B) Imobilizado líquido	27.269	186.138	17.115	120.842	61	176	351.601	

9. INTANGÍVEL

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

Em serviço	Uso do bem público (UBP)		Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	
	Software			
Vida útil-econômica remanescente em anos	22	2		21

9.2. Composição e movimentação

Taxa média anual de amortização	Uso do bem público (UBP)		Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	
	Software			Total
(A) Intangível em curso	0,7%	18,0%		4,1%
Saldo em 31 de dezembro de 2023		52		52
Transferências		(44)		(44)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8		8

Taxa média anual de amortização	Uso do bem público (UBP)		Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	
	Software			Total
(B) Intangível em serviço				
Custo	47.622	1.773		49.570
Amortização acumulada	(37.995)	(788)		(44.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.627	985		10.612
Transferências		44		44
Amortização	(349)	(326)		(675)
Custo	47.622	1.816		49.570
Amortização acumulada	(38.344)	(1.113)		(44.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.278	703		9.981
(A+B) Intangível líquido	9.278	711		9.989

9.3. Itens que compõem o intangível

9.3.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

9.3.2. Uso do bem público (UBP)

Referem-se aos valores estabelecidos no Contrato de Concessão nº 90/2002 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico calculado até o final do contrato de concessão.

9.3.3. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.
Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

10. FORNECEDORES

10.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

10.2. Composição

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	450	464
Materiais e serviços contratados	1.150	884
Encargos de uso da rede elétrica	1.334	1.331
Tust	1.334	1.331
Tust - Taxa de Uso do Sistema de Transmissão	2.934	2.679

11. ENCARGOS SETORIAIS

11.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

11.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	555	-	555	386	-	386
PDI	266	2.476	2.742	266	1.613	1.879
TFSEE	40	-	40	37	-	37
	861	2.476	3.337	689	1.613	2.302

11.2.1. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

11.2.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com PDI na Companhia das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados a empresa de energia elétrica deve encaminhar ao final dos projetos um Relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

11.2.3. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

12. FINANCIAMENTOS

12.1. Política contábil

Os financiamentos, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, o qual efetuou a liberação de R\$ 289.700 destinados à implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado à usina, dividido assim em dois Sub-créditos nos respectivos valores: R\$ 277.937 e de R\$ 11.763.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$ 23.184.

Para estes contratos a Companhia possui cláusulas restritivas ("Covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

12.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2024					
			Circulante		Não circulante			
			Juros, custo de transação e variação monetária	Total	Juros, custo de transação e variação monetária	Total		
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	18.582	899	19.481	17.365	885	18.250
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	2.450	366	2.816	161	85	246
			21.032	1.265	22.297	17.526	970	18.496

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento final	2023					
			Circulante		Não circulante			
			Juros, custo de transação e variação monetária	Total	Juros, custo de transação e variação monetária	Total		
BNDES	TJLP + 1,81% ao ano	15/09/2026	17.979	885	18.864	38.380	1.690	40.070
BNDES	TJLP + 2,16% ao ano	15/09/2026	4.045	344	4.389	161	85	246
			22.024	1.229	23.253	38.541	1.775	40.316

12.3. Vencimento

Financiamento BNDES TJLP + 1,81
Financiamento BNDES TJLP + 2,16

12.4. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Movimentação		Total
	TJLP + 1,81% ao ano	TJLP + 2,16% ao ano	
Amortização de custos de transação	281	-	281
Apropriação de juros	3.762	287	4.049
Apropriação de variação monetária	397	28	425
Pagamento de juros	(3.842)	(293)	(4.135)
Pagamento de principal	(21.801)	(1.595)	(23.396)
	(21.203)	(1.573)	(22.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.731	3.062	40.793

12.5. Características do contrato de financiamento

Sub-créditos	Juros	Amortização	Destinação do sub-créditos
Sub-créditos "A": 277.937	TJLP + 1,81% a. a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de outubro de 2010 e a última no dia 15 (quinze) de setembro de 2026	Destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, à execução de obras civis e aos demais itens necessários a implantação da UHE Salto; Destinando ao sistema de transmissão;
Sub-créditos "B": 11.763			
Suplemento 23.184	TJLP + 2,16% a. a.	192 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação no dia 15 (quinze) de outubro de 2010 e a última no dia 15 (quinze) de setembro de 2026	

Total 312.884


Rio Verde Energia S.A.
 CNPJ nº 05.252.008/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

12.6. Garantias contratuais

As garantias do contrato são:

- Penhor dos direitos emergentes da Concessão;
- Penhor dos direitos creditórios sobre o PPA firmado com a Votener;
- Penhor da totalidade das ações de emissão, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato.

12.7. Cláusulas restritivas ("Covenants")

As cláusulas restritivas aplicadas são:

- Sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuir dividendos e pagamento de JSCP superiores ao mínimo legal obrigatório;
- Firmar contratos de serviços técnicos e administrativos com entes do mesmo grupo econômico, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Manter índice de cobertura da dívida de no mínimo 1,20.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atendeu aos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os referidos *covenants*, conforme abaixo:

	Acumulado dos últimos 12 meses	
	2024	2023
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	92.338	172.828
(+) EBITDA	190.310	196.442
(-) Impostos sobre o lucro	(52.266)	(56.592)
	230.382	312.678
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal	23.396	23.220
(+) Pagamento de juros	4.135	5.863
	27.531	29.083
C) Índice de cobertura do serviço da dívida = (A)/(B) igual ou superior a 1,20	8,37	10,75

13. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**13.1. Política contábil**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras. À medida em que a deliberação dos juros sobre capital próprio acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidente, que é registrado em conta apropriada.

13.2. Composição e movimentação

	Dividendos propostos/ adicionais e JSCP constituídos			
	Saldo em 2023	Pagamentos	Saldo em 2024	
(A) Dividendos				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	8.119	216.881 (135.000)	90.000	
(B) Juros sobre capital próprio (*)				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	21.250	14.450 (21.250)	14.450	
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	29.369	231.331 (156.250)	104.450	

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)**14.1. Política contábil**

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através do contrato de concessão nº 90/2002 como contraprestação ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, a Companhia paga, valores anuais, contados a partir da assinatura do contrato, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do exercício de concessão.

A taxa de desconto no cálculo do valor presente é de 9,63% não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

14.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valor nominal	2.560	53.888	56.448	2.507	52.875	55.382
(-) Ajuste a valor presente	(125)	(31.692)	(31.817)	(120)	(31.839)	(31.959)
	2.435	22.196	24.631	2.387	21.036	23.423

14.3. Movimentação

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.382	(31.959)	23.423
Ajuste a valor presente	-	142	142
Pagamento	(2.469)	-	(2.469)
Atualização monetária	3.535	-	3.535
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.448	(31.817)	24.631

15. PARTES RELACIONADAS**15.1. Política contábil**

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

15.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Parapanema Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A. e Rio Canoas Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Parapanema Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

15.3.1. Composição

	2024			2023		
	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	262	-	-	54
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	1	-	-	268
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	-	-	10	-	-	73
Rio Paraná Energia S.A.	-	-	4	-	-	36
Rio Parapanema Energia S.A.	-	-	15	-	-	651

15.3.2. Resultado

	2024			2023		
	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(1.935)	(1.935)	-	(1.978)	(1.978)
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	-	(534)	-	(534)
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	(1.572)	-	(1.572)	(1.478)	-	(1.478)
Rio Paraná Energia S.A.	-	(759)	(759)	-	(728)	(728)
Rio Parapanema Energia S.A.	-	(391)	(391)	-	(455)	(455)
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	-	-	-	-	1	1
	(1.572)	(3.085)	(4.657)	(2.012)	(3.160)	(5.172)

16. PROVISÕES PARA RISCOS E CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS**16.1. Política contábil**

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa

antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações civis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

16.2. Provisões para riscos**16.2.1. Composição e movimentação****(A) Provisão para riscos**

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Provisões	215
Variações monetárias	282
Acordos / pagamentos	(110)
	387

Saldo em 31 de dezembro de 2024

(B) Depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Variações monetárias	(214)
Baixas	111
	(103)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

(A+B) Provisões líquidas

Não circulante

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Não circulante

Saldo em 31 de dezembro de 2024

(A) Provisão para riscos

Saldo em 31 de dezembro de 2022

(Reversões)	1.839
Variações monetárias	(24)
Acordos / pagamentos	255
	(10)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

(B) Depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Variações monetárias	(1.671)
Baixas	(238)
	10

Saldo em 31 de dezembro de 2023

(A+B) Provisões líquidas

Não circulante

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Não circulante

Saldo em 31 de dezembro de 2023

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

16.2.2. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências cíveis líquidas somam R\$ 445, e referem-se à desapropriação e indenizações referentes às áreas para construção do reservatório.

Em relação ao Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR), houve decisão proferida com redução da multa para o mínimo legal, correspondente a R\$ 225, com a consequente reavaliação de classificação de risco de perda possível para provável. O processo está pendente de decisão final, o processo corre em Sigilo.

16.3. Contingências possíveis**16.3.1. Composição**

	2024	2023
Fiscais	8.223	7.694
Cíveis	-	10.796
	8.223	18.490

16.3.2. Cíveis

Em 2024 com a decisão relacionada ao Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR), com redução da multa para o mínimo legal e reavaliação de classificação de risco de perda possível no valor de R\$ 10.796 em 31 de dezembro de 2023 para perda provável no valor de R\$ 225.

16.3.3. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências fiscais com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 8.223. As principais contingências fiscais com expectativa de perda possível são decorrentes de processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (PIS/COFINS, IRPJ e CSLL), de tributos pagos a maior e autos de infração que discutem recolhimento de IRPJ e CSLL. Em todos os casos a Companhia apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário os quais aguardam julgamento.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**17.1. Capital social subscrito e integralizado**

Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 130.000, equivalentes a 70.586.021 (setenta milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e vinte e uma) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	2024 e 2023	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	70.586.021	100,00

17.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

17.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal, não havendo novas constituições desde então.

Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880
- Constituição da reserva legal	-	(3.403)
Base de cálculo dos dividendos	121.301	132.477

Distribuição

Dividendos propostos

Juros sobre capital próprio

Distribuição mínimas obrigatória (25%)

	2024	2023
Deliberação	R\$ mil	R\$
AGE de 09/12/2024	17.000	0,24084
AGE de 20/09/2024	126.881	1,79754
AGE de 08/12/2023	25.000	0,35418
AGE de 03/10/2023	191.500	2,71300
AGE de 28/04/2023	10.214	0,14471

17.4. Ajustes de avaliação patrimonial

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**18.1. Política contábil****18.1.1. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.


 Rio Verde Energia S.A.
 CNPJ nº 05.252.008/0001-69

 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

18.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

Receita operacional bruta

	2024	2023
Contratos ACL	262.265	260.692
Mercado de curto prazo (MCP)	439	271
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	402	1.102
Total receita operacional bruta	263.106	262.065
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(24.337)	(24.241)
PDJ	(2.331)	(2.321)
	(26.668)	(26.562)
Receita operacional líquida	236.438	235.503

19. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE
19.1. Energia elétrica vendida

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	535.856	262.265	535.151	260.692
Mercado de curto prazo (MCP)	3.556	439	3.124	271
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	13.298	402	38.726	1.102
	552.710	263.106	577.001	262.065

(*) Não auditado pelos auditores independentes

19.2. Energia elétrica comprada

	2024		2023	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	20.021	1.572	23.844	2.012
Mercado de curto prazo (MCP)	66.733	10.515	39.986	2.927
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	-	1.260	54.088	1.266
(-) Crédito de PIS	-	(220)	-	(114)
(-) Crédito de COFINS	-	(1.011)	-	(524)
	86.754	12.116	117.918	5.567

(*) Não auditado pelos auditores independentes

19.3. Encargos de uso da rede elétrica
19.3.1. Política contábil

Os encargos devidos pela Companhia estabelecido pela Aneel são: TUST e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
 ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

O encargo de conexão da Rio Verde é pago mensalmente à CTE (Coqueiros Transmissora de Energia S.A.) para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

	2024	2023
Tust	16.109	15.323
Encargos de conexão	105	101
(-) Crédito de PIS	(266)	(251)
(-) Crédito de COFINS	(1.223)	(1.156)
	14.725	14.017

20. RESULTADO FINANCEIRO
20.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, juros entre outras.

Receitas

	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	13.687	26.680
Variações monetárias	575	3.437
Depósitos judiciais	214	238
Uso do bem público (UBP)	359	3.137
Tributos a recuperar	-	39
Inadimplência CCEE	2	23
(-) PIS e COFINS	(648)	(1.255)
Outras receitas financeiras	32	1
	13.646	28.863

Despesas

	2024	2023
Juros	(4.049)	(5.788)
Financiamentos	(4.049)	(5.788)
Variações monetárias	(4.850)	(2.796)
Uso do bem público (UBP)	(3.894)	(1.589)
Provisões para riscos	(282)	(255)
Financiamentos	(425)	(770)
Outras	(249)	(182)
Ajuste a valor presente do UBP	(142)	(3.125)
Outras despesas financeiras	(292)	(290)
	(9.333)	(11.999)
	4.313	16.864

Resultado financeiro líquido
21. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS
21.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
21.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	173.567	192.472		173.567	192.472	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(43.392)	(15.621)	(59.013)	(48.118)	(17.322)	(65.440)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio (JSCP)	4.250	1.530	5.780	6.250	2.250	8.500
Doações Incentivadas	1.530	-	1.530	1.164	-	1.164
Incentivos fiscais	-	-	-	3	-	3
Outras (adições) permanentes, líquidas	(407)	(156)	(563)	(595)	(224)	(819)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(38.019)	(14.247)	(52.266)	(41.296)	(15.296)	(56.592)
IRPJ e CSLL correntes	39.283	14.702	53.985	31.130	11.636	42.766
IRPJ e CSLL diferidos	(1.264)	(455)	(1.719)	10.166	3.660	13.826
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	38.019	14.247	52.266	41.296	15.296	56.592
Alíquota efetiva	21,9%	8,2%	30,1%	21,5%	7,9%	29,4%

21.2. Tributos diferidos
21.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Provisões para riscos	867	312	1.179	759	273	1.032
Participações nos Lucros e Resultado (PLR)	53	19	72	50	18	68
Outras provisões	79	28	107	43	16	59
Total bruto	999	359	1.358	852	307	1.159

Passivo de imposto diferido

	2024	2023
Diferenças temporárias		
Ajuste de avaliação patrimonial	(18.562)	(6.682)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(10.376)	(3.735)
Ajuste a valor presente do UBP	(3.476)	(1.251)
Total bruto	(32.414)	(11.668)
Imposto diferido líquido	(31.415)	(11.309)

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Imposto diferido ativo	179	-	-	-	-	-	1.179
Imposto diferido passivo	(2.223)	(2.207)	(2.194)	(2.179)	(2.162)	-	(33.117)
Imposto diferido líquido	(2.044)	(2.207)	(2.194)	(2.179)	(2.162)	-	(31.938)

22. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro líquido do exercício	121.301	135.880
Denominador (Média ponderada de números de ações)		
Ações ordinárias	70.586	70.586
Resultado básico e diluído por ação	1,71849	1,92503

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
23.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

23.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

i. Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedged accounting*).

23.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

23.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

23.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

• Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização das controladas, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

23.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial
23.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	43	43	45	45
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	67.032	67.032	92.293	92.293
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.715	10.715	9.833	9.833
Clientes	Custo amortizado	-	22.190	22.190	22.326	22.326
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	15	15
			99.980	99.980	124.512	124.512
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.934	2.934	2.679	2.679
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	3.337	3.337	2.302	2.302
Financiamentos	Custo amortizado	-	40.793	40.793	63.569	63.569
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	104.450	104.450	29.369	29.369
Uso do bem público (UBP)	Custo amortizado	-	24.631	24.631	23.423	23.423
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	268	268	651	651
			176.413	176.413	121.993	121.993

24. SEGUROS
24.1. Política contábil

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cob		

Rio Verde Energia S.A.
CNPJ nº 05.252.008/0001-69

* continuação

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Aljan de Abreu Machado - Diretor

Márcio José Peres - Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor de Controladoria do Grupo CTG Brasil

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC - PR-068461-O/1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Verde Energia S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas IFRS Accounting Standards, emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem nenhuma modificação, com data de 28 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**Auditores Independentes Ltda.**

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Janete Im Hayashi

Contador

CRC nº 1 SP 303811/O-3

Deloitte.www.ctgbr.com.br

Reservas: (41) 3350-6620



**OS INVESTIDORES
ESTÃO DE OLHO
NOS SEUS GASTOS.
ATÉ MESMO O GASTO
COM ESTE ANUNCIO.**

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

**BEM
PARANÁ**



F. SLAVIERO & FILHOS S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS

CNPJ Nº 80.217.185/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024
EXPRESSO EM REAIS

ATIVO	NOTA	31.12.24	31.12.23	PASSIVO	NOTA	31.12.24	31.12.23
CIRCULANTE		49.563.129	37.438.657	CIRCULANTE		9.197.689	7.981.489
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	45.413.309	33.028.823	FORNECEDORES	9	31.582	34.299
CONTAS A RECEBER CLIENTES	5	2.487.961	2.752.760	SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS		321.225	362.937
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS		190.744	185.959	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		146.424	128.446
ESTOQUES DE IMÓVEIS	6	1.471.115	1.471.115	PROVISÃO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	554.444	74.382
				PROVISÃO I.R.P.J	11	944.013	181.425
NÃO CIRCULANTE		48.210.996	46.778.857	DIVIDENDOS PROPOSTOS		7.200.000	7.200.000
INVESTIMENTOS		-	7.734.200	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	88.576.437	76.236.025
PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS	7	-	7.734.200	CAPITAL SOCIAL		24.000.000	24.000.000
IMOBILIZADO E FLORESTAS	8	48.210.996	39.044.657	RESERVA DE LUCROS		64.576.437	52.236.025
TOTAL DO ATIVO		97.774.126	84.217.514	TOTAL DO PASSIVO		97.774.126	84.217.514

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024
EXPRESSO EM REAIS

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	FUTUROS INVESTIMENTOS	RESERVAS DE LUCROS LUCROS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	TOTAL DAS RESERVAS DE LUCROS	TOTAL GERAL
SALDO EM 31.12.2022		24.000.000	5.284.371	25.709.304	17.253.081	48.246.756	72.246.756
DIVIDENDOS COMPLEMENTARES							
TRANSFERENCIA DAS RESERVAS				17.253.081	(17.253.081)	-	-
LUCRO EXERCÍCIO 2023					29.039.269	29.039.269	33.476.927
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA	11						
PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO:							
ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS	11				(17.850.000)	(17.850.000)	(7.350.000)
DIVIDENDOS PROPOSTOS	11				(7.200.000)	(7.200.000)	(7.200.000)
TRANSFERÊNCIA PARA LUCROS A DISP. DA ASSEMBLEIA							
SALDO EM 31.12.2023		24.000.000	5.284.371	42.962.385	3.989.269	52.236.025	76.236.025
DESTINAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL							
TRANSFERENCIA DAS RESERVAS				3.989.269	(3.989.269)	-	-
LUCRO EXERCÍCIO 2024					37.560.412	37.560.412	37.560.412
PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO:							
ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS	11				(18.020.000)	(18.020.000)	(18.020.000)
DIVIDENDOS PROPOSTOS	11				(7.200.000)	(7.200.000)	(7.200.000)
SALDO EM 31.12.2024		24.000.000	5.284.371	46.951.654	12.340.412	64.576.437	88.576.437

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem sua sede localizada em Curitiba - PR e a sua atividade preponderante é a extração e comercialização de madeira em florestas plantadas próprias.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 25 de fevereiro de 2025.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, líquidos e disponíveis para uso imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Sociedade reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente vai gerar um benefício econômico futuro.

Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil-econômica estimada dos bens (Nota 7).

Florestas

Em 31.12.2024, aproximadamente, 27,13% (1.900,9 ha) se encontravam em início de formação, com idades entre 01 e 08 anos; 63,30% (4.435,0 ha) em formação intermediária, entre 9 e 16 anos; 8,35% (585,0 ha) em estágio adulto, com idade entre 30 e 38 e 1,22% (85,0 ha) em preparação para Plantio.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a administração da Sociedade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro presumido, calculada à razão de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre as receitas brutas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9%.

Apuração do resultado

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes

sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Lucro por ações

Calculado sobre o número médio ponderado das ações em circulação durante o exercício.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Contas	2024	2023
Caixa	9.801	4.391
Bancos	18.732	23.656
Aplicações financeiras	45.384.776	33.028.823
Total	45.413.309	33.028.823

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas	2024	2023
Duplicatas a receber	2.487.961	2.752.760
Total	2.487.961	2.752.760

O ajuste a valor presente de ativos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo.

A administração da Sociedade concluiu que o ajuste a valor presente dos ativos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

NOTA 6. ESTOQUE DE IMÓVEIS

Contas	2024	2023
Imóveis a Comercializar	1.471.115	1.471.115
Total	1.471.115	1.471.115

NOTA 7. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS

No ano calendário de 2016 a Companhia subscreveu 47 ações preferenciais nominativas da empresa HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S.A ("Santa Branca"). Em meados de 2023 a Santa Branca descontinuou a operação, fato que acarretou o retorno para a Companhia da área do imóvel que havia sido destacada para o investimento. Em função disso, o valor investido foi transferido para a conta de Imóveis do Ativo Imobilizado.

NOTA 8. IMOBILIZADO

Contas	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	16.203.897	-	16.203.897	8.469.697
Equipamentos de informática e	345.672	(334.498)	11.175	12.370
Móveis e utensílios	2.770.716	(1.869.473)	901.243	1.026.373
Maquinas e Tratores	2.244.514	(1.356.693)	887.821	585.677
Veículos	3.787.751	(2.555.293)	1.232.457	2.077.679
Benefiteiras e instalações	28.974.404	-	28.974.404	26.872.862
Reflorestamentos	54.326.954	(6.115.957)	48.210.996	39.044.657
Total	84.217.514	(10.870.821)	73.346.693	64.576.437

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais:

Contas	%
Equipamentos de informática	20
Maquinário	10
Veículos	20
Móveis e utensílios	10
Benefiteiras e Instalações	4
Tratores	20

A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) no exercício de 2024 é apresentada a seguir:

Custos	Baixas /			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Terrenos	8.469.697	7.734.200	-	16.203.897
Equipamentos de informática e Móveis e utensílios.	345.673	-	-	345.673
Maquinas e Tratores	2.770.716	-	-	2.770.716
Veículos	1.885.124	505.390	(146.000)	2.244.514
Benefiteiras e instalações	4.622.209	-	(834.458)	3.787.751
Reflorestamentos	26.872.862	2.101.541	-	28.974.403
Total dos custos	44.966.281	10.341.131	(980.458)	54.326.954

Depreciação acumulada	Baixas /			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Equipamentos de informática e Móveis e utensílios.	(333.303)	(1.195)	-	(334.498)
Maquinas e Tratores	(1.744.343)	(125.130)	-	(1.869.473)
Veículos	(1.299.447)	(184.803)	127.557	(1.356.693)
Benefiteiras e instalações	(2.544.531)	(10.762)	-	(2.555.293)
Total da depreciação	(5.921.624)	(321.891)	127.557	(6.115.957)
Total geral	39.044.657	10.019.241	(852.901)	48.210.996

A reestimativa da vida útil dos bens (CPC 27) não foi realizada em função da administração entender que os eventuais efeitos no cálculo da depreciação não seriam significativos.

A administração da Sociedade avaliou os bens do ativo imobilizado para identificar a

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração de F. Slaviero & Filhos S.A. - Ind. e Com. de Madeiras, em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2.024. Curitiba (Pr), 12 de Março de 2.025. (A) Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024
EXPRESSO EM REAIS

	NOTA	31.12.24	31.12.23
RECEITA OPERACIONAL			
VENDAS		41.584.950	35.308.303
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		(1.579.210)	(1.349.895)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		40.005.740	33.958.409
(-)CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		(3.410.052)	(3.142.515)
LUCRO BRUTO		36.595.688	30.815.894
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
(-)GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(4.776.879)	(4.097.481)
(+)OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	13	1.681.080	1.872.207
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		33.499.890	28.590.620
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		(16.318)	(6.690)
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		8.358.319	2.678.878
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		41.841.891	31.262.808

	NOTA	31.12.24	31.12.23
IMPOSTO DE RENDA	14	(3.031.716)	(1.535.137)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(1.249.763)	(688.402)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.560.412	29.039.269
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		37,88	29,29

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 2024
EXPRESSO EM REAIS

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.12.24	31.12.23
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.560.412	29.039.269
AJUSTES DO LUCRO DO EXERCÍCIO		
(+) DEPRECIACÃO	321.891	359.976
(+) BAIXAS ATIVO IMOBILIZADO	852.901	899
(-) LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	38.735.204	29.400.143
AUMENTO / DIMINUIÇÃO DE CLIENTES E OUTROS	264.799	-300.974
AUMENTO / DIMINUIÇÃO DE ESTOQUE DE IMÓVEIS	-4.785	-1.471.115
AUMENTO / DIMINUIÇÃO DE OUTROS ATIVOS	-2.717	-54.354
AUMENTO / REDUÇÃO DE FORNECEDORES	-41.712	187.964
AUMENTO / REDUÇÃO CONTAS DE FUNCIONÁRIOS	1.260.629	-258.635
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DE CONTAS DE IMPOSTOS		
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	40.211.418	27.372.304
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) TRANSFERÊNCIAS DO ATIVO IMOBILIZADO	(2.606.932)	1.471.115
(-) AQUISIÇÃO DE ATIVO PERMANENTE		(2.472.065)
CAIXA APLICADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.606.932)	(1.000.950)
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(-) ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS	(18.020.000)	(17.850.000)
(-) DIVIDENDOS PROPOSTOS	(7.200.000)	(7.200.000)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(25.220.000)	(25.050.000)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.384.486	1.321.354
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	33.028.823	31.707.469
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	45.413.309	33.028.823
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.384.486	1.321.354

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

	2024	2023
Fornecedores diversos	31.582	34.299
Total	31.582	34.299

	2024	2023
Alugueis	1.080	1.170
Outras receitas/despesas	94.557	197.000
Ganhos e perdas de capital	1.775.637	1.872.207
Total	1.775.637	1.872.207

	2024	2023
Contribuição social sobre o lucro	554.444	74.382
Imposto de renda	944.013	181.425
Valores a receber	1.498.457	255.807

A demonstração do cálculo desses tributos é apresentada a seguir:

Descrição	2024		2023	
	2024	2023	2024	2023
Venda de reflorestamentos	41.584.951	35.308.303	41.584.951	35.308.303
Outras Receitas	1.681.080	1.675.117	1.681.080	1.675.117
Base de cálculo	3.864.742	3.360.702	5.528.14	

**RUMO S.A.**

CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60 - NIRE 413.000.19886 - Companhia Aberta - Categoria A
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Novembro de 2024
1. Data, Hora e Local: Iniciada em 06 de novembro 2024, às 14:00, de forma híbrida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 16º andar e por videoconferência. **2. Convocação:** Em 24 de outubro de 2024, conforme prazos regimentais. **3. Presenças:** Os membros do Conselho de Administração indicados no item 7 abaixo. **4. Mesa:** Rubens Ometto Silveira Mello, como Presidente; Beatriz Primon de Omeles Cereza, como Secretária. **5. Apresentações:** Em 6 de novembro de 2024, a administração da Companhia apresentou (i) relatório da Vice-Presidência de Operações e Manutenção referente ao 3º trimestre de 2024; (ii) relatório da Vice-Presidência Comercial referente ao 3º trimestre de 2024; (iii) relatório da Vice-Presidência de Expansão; (iv) relatório da Vice-Presidência Financeira referente ao 3º trimestre de 2024; (v) apresentação de proposta de contratação para modernização de via; (vi) apresentação de proposta para a celebração dos temas previamente submetidos ao Comitê de Partes Relacionadas; (vii) proposta de aprovação de políticas corporativas da Companhia; (viii) relatório do andamento dos trabalhos de todos os comitês da Companhia; e (ix) apresentação de temas previamente submetidos ao Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração. **6. Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade dos conselheiros presentes, ressalvadas as abstenções dos legalmente impedidos: **6.1.** Aprovar a divulgação dos resultados da Companhia referente ao 3º trimestre de 2024. **6.2.** Aprovar a celebração de contrato para fornecimento de insumos no âmbito do Projeto de Modernização da Malha Paulista, nos termos do Anexo 6.2 desta ata, que em razão de sua confidencialidade, permanecerá arquivado na sede da Companhia. **6.3.** Aprovar as operações recomendadas pelo Comitê de Partes Relacionadas na reunião realizada em 01.11.2024, nos termos do Anexo 6.3 desta ata, que em razão de sua confidencialidade, permanecerá arquivado na sede da Companhia. **6.4.** Aprovar as políticas corporativas da Companhia sobre e sua divulgação, quais sejam: Política Anticorrupção, Política de Relacionamento com Órgãos Públicos e Política do Programa de Integridade. **6.5.** Consignar, nesta data, o recebimento da renúncia do Sr. **Daniel Rockenbach** ao cargo de Vice-Presidente de Operações e membro do Comitê Operacional, a quem a Companhia agradece a dedicação despendida e os valiosos serviços prestados ao longo de seus mandatos. **6.6.** Em observância ao disposto no Artigo 26, (i) do Estatuto Social da Companhia, e o plano de sucessão da Companhia e, por recomendação do Comitê de Pessoas, Nomeação e Remuneração conforme de reunião realizada em 04 de novembro de 2024, aprovar a eleição do Sr. **Cristiano Carvalho Brasil**, brasileiro, casado, Engenheiro da Computação, portador do RG 27.364.644-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 218.711.228-48, residente e domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132 para as funções de Vice-Presidente de Operações. **6.6.1.** Cristiano Carvalho Brasil é engenheiro de Computação, formado pela Universidade Federal de São Carlos e possui mais de 20 anos de experiência profissional. Iniciou sua carreira na AmBev, passando por diferentes posições em Operações Industriais e Recursos Humanos. No Grupo Pão de Açúcar, liderou a criação da área de Gestão e Processos. Em seguida, na TOTVS, atuou como Diretor de Recursos Humanos. Na Votorantim Cimentos, ocupou posições de liderança em Operações Industriais, Recursos Humanos, Gestão, Inovação e Tecnologia. Atua como Vice-Presidente da Rumo desde 2022, tendo liderado as áreas de Gente, Comunicação, Segurança Patrimonial e Pessoal, Sustentabilidade, além das Operações de Terminais. **6.6.2.** O Sr. Cristiano Carvalho Brasil tomará posse em 06 de novembro de 2024 e exercerá o mandato unificado com os demais membros da Diretoria até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme previsão do art. 29, do Estatuto Social da Companhia. **6.7.** Em continuidade à ata de reunião deste Conselho de Administração, realizada em 21 de outubro de 2024 ("RCA de 21.10.2024"), consignar que o Sr. Rafael Bergman permanecerá no cargo de Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores até 13 de novembro de 2024. **6.8.** Em razão da deliberação 6.6 acima, a Diretoria Estatutária da Companhia, durante o mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, passa a ser composta por: **Pedro Marcus Lira Palma**, como Diretor Presidente; **Guilherme Leis Bernardo Machado**, como Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores; **Cristiano Carvalho Brasil**, como Vice-Presidente de Operações; e **Guilherme Penin Santos de Lima**, como Vice-Presidente de Regulação e Sustentabilidade. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração e lavrada esta Ata, a qual, lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. (Ass.): Mesa: **Rubens Ometto Silveira Mello**, como Presidente; **Beatriz Primon de Omeles Cereza**, como Secretária. **Conselheiros:** **Rubens Ometto Silveira Mello**, como Presidente; **Marcelo Eduardo Martins**, como Vice-Presidente; **Maria Rita de Carvalho Drummond**; **Nelson Roseira Gomes Neto**; **Julio Fontana Neto**; **Ricardo Arduini**; **Marcos Savaya Jank**; **Janet Dysdale**; e **Maria Carolina Ferreira Lacerda**. **Beatriz Primon de Omeles Cereza** - Secretária - OAB/PR nº 59.565. **JUCEPAR:** Certifico o registro em 06/12/2024, sob o nº 20248876244. Protocolo nº 248876244 de 06/12/2024. **Leandro Marcos Raysel Biscaini**, Secretário-Geral.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.
CNPJ/MFNº03.584.906/0001-99-NIRE41300017808
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO EXTRATOS

ATA DA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 09/12/2024

EXTRATO nos termos do parágrafo 3º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Data, hora, local e quórum de instalação: 09/12/2024, às 09h30, de forma híbrida, pelo sistema eletrônico Zoom e presencialmente, em número legal. Mesa: Presidente: Flavio Montenegro Balan. Secretária: Silvana Yamagutt. Deliberações: 1) ante a vacância no Comitê de Auditoria Estatutário, em decorrência do falecimento do Senhor Carlos Alberto Massaru Adati, foi aprovada por unanimidade a eleição do Senhor BRUNO ANTONIO DE NOVAES PAROLIN, CPF nº 079.363.479-25 e RG nº 79419869/PR. Quórum da Deliberação: unanimidade dos presentes. Formalidades Legais: ata lavrada, assinada, homologada pelo Bacen arquivada na Junta Comercial do Paraná em 26/02/2025 sob o nº 20250902842. (a) Silvana Yamagutt, Secretária-Geral.

ATADA114ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 2025

EXTRATO nos termos do par. 3º do art. 130 da Lei nº 6.404/76. Data, hora, local e quórum de instalação: 16/01/2025, às 10h00, na sede social e em número legal. Mesa: Presidente, Mayara Puchalski; Secretária: Silvana Yamagutt. Deliberação: 1) aprovado o aumento do Capital Social de R\$ 2.384.470.000,00 (dois bilhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, quatro centos e setenta mil reais), para R\$ 2.584.470.000,00 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil reais), representado por 2.584.470 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentas e setenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem consolidação do Estatuto Social. 2) homologado o aumento do capital social. Quórum da Deliberação: unanimidade dos presentes. Formalidades Legais: ata lavrada, assinada, homologada pelo Bacen e arquivada na Junta Comercial do Paraná em 12/03/2025, sob o nº 20251034569. (a) Silvana Yamagutt, Secretária-Geral.

Entre em contato conosco e solicite
um orçamento.

Teremos o maior prazer em atendê-lo.

COMUNICADO AOS ACIONISTAS

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso de suas atribuições Estatutárias, comunica aos Senhores Acionistas, na forma prevista no artigo nº 133, da Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, que se encontram à disposição na Sede da Companhia, sito à rua Rui Barbosa, nº 520, nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, os documentos abaixo:

- Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos de exercício findo em 31 de Dezembro de 2024;
- Cópia das Demonstrações Financeiras do exercício de 2024;
- Parecer dos Auditores Independente.

Campo Largo, 11 de Março de 2025.

Ivo Cezario Gobato de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

O Jornal BEM PARANÁ
conta com uma equipe
qualificada para cuidar
da Publicidade Legal
de sua empresa.

GESTOR PÚBLICO

**Garanta transparência
e segurança jurídica
para sua gestão.**

LEIS FEDERAIS:

8.639/93 | 6.404/76 art. 1º | 6.404/76 art. 289

13.818/19 | 8.934/94 | 14.230/21

Prestar contas dos atos de governo em jornal é lei e prova de respeito ao cidadão. E é, também, uma forma simples de garantir mais tranquilidade em meio aos complicados aspectos legais da administração pública. **Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética.** Publique seus editais, chamamentos, prestações de contas e balanços nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR PR
SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS
DE JORNALS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

As publicações foram realizadas e certificadas na data do cabeçalho da página

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal **BEMPARANÁ** com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.

<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5DCC-3676-FD09-58FB> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5DCC-3676-FD09-58FB



Hash do Documento

8EC9CD4A89C76FC679788D9F1FD19BD9E8CF4B7961BBFEA70271718BA82B69F2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/03/2025 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70 em 14/03/2025 00:10 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

